Odebrecht contesta e acusa Bisol

por Márcia Raposo
de São Paulo

Emílio Odebrecht

O empresário Emílio Odebrecht, principal executivo do grupo que leva o seu nome, contestou, ontem, em São Paulo, ponto por ponto, todas as acusações contidas no relatório preparado pelo senador José Paulo Bisol (PSB/RS) sobre a pretensa existência de uma organização secreta e de um acordo entre empreiteiras para corromper parlamentares e autoridades.

A divulgação precipitada do relatório de Bisol e a ação do presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho, que acentuou a gravidade das supostas revelações ali contidas, causaram grande impacto e geraram preocupações no Brasil e no exterior. Odebrecht disse que vai processar Bisol.

Na primeira entrevista coletiva da sua vida, Emílio Odebrecht acusou Bisol de "leviandade e irresponsabilidade" e de ter errado ao decodificar meras siglas de uso corrente nas empresas do grupo. Dessa forma, a misteriosa "holding" CNO nada mais é do que a Construtora Norberto Odebrecht e DP-ODB não é o codinome do próprio empresário, porém o seu cargo: diretor-presidente da Odebrecht, "holding", da Organização Odebrecht.

Os anônimos RAI, que seriam, segundo Bisol Representantes de Autarquias e Instituições, são, de acordo com Emílio Odebrecht, os Responsáveis por Áreas de Investimentos.

Todas as siglas mencionadas no relatório, como prova de uma conspirata corruptora, constam, na verdade, de uma instrução sobre o modelo de gestão das empresas do grupo, com significado bem menos ameaçador e mais verossímil.

Sobre a classificação dos deputados que deveriam receber contribuições das empresas que dirige, Emílio Odebrecht reconheceu a autenticidade da lista. Alegou, porém, que a mesma fora elaborada com vistas às eleições do próximo ano. "Eu próprio instruí meus executivos para fazer uma lista prévia dos deputados amigos e não muito amigos, para os quais deveríamos estudar, no orçamento de 1994, uma ajuda, como estabelece a nova lei que aí está", afirmou Emílio Odebrecht.

Ele reconheceu também ter contribuído financeiramente para a empresa Pau Brasil, acusada de agir ilegalmente, em São Paulo. Ressalvou que esse teria sido o único caso de ajuda em dinheiro: "Dinheiro mesmo, até hoje, só demos à Pau Brasil", disse o empresário.

Apesar das explicações dadas com relação ao documento apreendido na casa do funcionário da Odebrecht, Ailton Reis, Bisol preferiu não examinar a hipótese de ter cometido um equívoco.

Ele disse: "Temos um número muito grande de documentos, examinamos todos, estabelecemos a relação entre eles e seu significado. Vi as críticas de Odebrecht ao relatório, são genéricas e não contestam o conteúdo dele e muito menos dos anexos".

Luis Eduardo Magalhães, líder do PFL, afirmou que "a CPI errou, agora tem de se explicar, o Bisol é um incompetente".

Hoje, a CPI do Orçamento deve votar a quebra do sigilo bancário de dez parlamentares cujos nomes aparecem na documentação apreendida em Brasília na casa de Ailton Reis, cujas contas também deverão ser vasculhadas.

(Ver páginas 5 e 6)

Emílio Odebrecht acusa Bisol de "leviandade e irresponsabilidade"

por Márcia Raposo
de São Paulo

Emílio Odebrecht, presidente da "holding" do grupo baiano — a Odebrecht S.A. —, chamou ontem, em São Paulo, de "leviandade, irresponsabilidade... norteadas por interesses corporativistas", o relatório do senador José Paulo Bisol (PSB—RS) à CPI do Orçamento, em sua "primeira entrevista coletiva da história da minha organização".

Ainda ontem chamou seus advogados José Carlos Dias e Nélio Roberto Seidl Machado e orientou a instauração de dois processos, uma interpelação junto ao Supremo Tribunal — "devido à imunidade parlamentar" — contra o senador Bisol e outro processo contra o delegado da Polícia Federal dr. Magnaldo Nicolau, de Brasília, que acusou o diretor da Odebrecht — Ailton Reis — de tentativa de suborno de US$ 1 milhão, quando esteve em sua casa para apreender documentos que serviram de base para o relatório do senador Bisol.

Odebrecht disse que quer o mais rápido possível comparecer à CPI, como coloca na petição que enviou ontem ao senador Jarbas Passarinho (ver íntegra nesta página), "para esclarecer não só os membros da CPI, mas sobretudo a sociedade a realidade dos fatos e a confusão e interpretação errônea que Bisol incorreu ao decodificar ao seu bel-prazer as siglas organizacionais e a distribuição de lucros entre os executivos do grupo, além de confundir uma proposta orçamentária para 1994 de contribuições para campanhas políticas, conforme estabelece a nova lei, como uma prática anterior e costumeira da empresa".

Odebrecht disse que até hoje "nunca demos recursos em dinheiro" para campanhas políticas. "Sempre fizemos através de serviços — relatórios econômicos, emprestamos aviões por tempo limitado, veículos, etc. Dinheiro mesmo até hoje só demos à Pau-Brasil para os partidos aos quais ela se comprometera a repassar", confessou, sem nominar os candidatos e os partidos destinatários.

Ele enfatizou que "só uma mente completamente afastada da mínima realidade poderia imaginar que empresas do porte das listadas no relatório (Andrade Gutierrez, OAS, Camargo Correa, Constran, CR Almeida, Servaz e Queiroz Galvão) poderiam estar sob o controle da Odebrecht em uma "holding". Isto é parte de um complô, muito bem orquestrado entre partidos de esquerda e o coração do corporativismo nacional, representado pelas Petrobrás, Telebrás e outras Brás, que não querem ver o País modernizado e livre dessas velhas amarras. E como nós nos colocamos em posição contrária a isso e agora, inclusive, somos candidatos à compra da PQU (a central petroquímica de São Paulo), voltamos a ser alvo", diagnostica Odebrecht, sem dar nomes das pessoas, funcionários ou deputados que fariam parte do "complô".

Foram os seguintes os pontos do relatório contestados por Odebrecht, "e só vou contestar, hoje, o que está colocado de forma oficial, por enquanto":

● CNO — Refere-se à sigla da Construtora Norberto Odebrecht, a primeira empresa do grupo, hoje subordinada à "holding" Odebrecht S.A. "E é nesta CNO que estão subordinadas todas aquelas pessoas — nossos colaboradores, porque a filosofia de gestão da empresa é chamar sempre de colaborador e não empregado — com os quais temos comprovadamente vínculos empregatícios, absolutamente legais como qualquer empresa, alguns deles por mais de quinze anos. Portanto eles não são lobistas como foram chamados levianamente."

● As siglas — No documento de modelo de gestão da CNO, mostrado por Odebrecht, as funções e qualificações dos "colaboradores" estão classificadas pelas seguintes siglas: LE — Líder Empresarial, o responsável por uma área de negócio inteira. "Exemplo, nosso ramo químico, onde equipamentos para petróleo, engenharia, etc." DS são diretores-superintendentes da organização. DPas, diretores por países (a Odebrecht opera em vários países, com escritórios e "canteiros").

As palavras parceria e colaboradores estão sempre no nosso organograma porque temos um modelo de gestão por distribuição de lucros aos parceiros — ou seja, aos responsáveis pelo gerenciamento dos contratos e nunca são mais que dois contratos por pessoa.

● Os 36% — Referem-se a distribuição dos lucros feita entre os parceiros. Politicamente a Odrebrecht estabelece que 25% dos lucros "por contrato" são distribuídos por seus LE (líderes empresariais) aos responsáveis diretos pelos contratos, tanto dentro como fora do País. "Por exemplo se o lucro foi 140 milhões, retiramos os 40 milhões dos impostos e ficamos com lucro líquido de 100 milhões. Desses 100 milhões, distribuímos 25 milhões aos parceiros-colaboradores, 25 milhões aos acionistas da empresa e pagamos os outros encargos referentes às leis trabalhistas para cada um deles, ou seja, 25% mais 11% dos lucros que obtivermos, ou que perfazem na soma os 36%. O restante: 49% são internados ao caixa da companhia", pontuou Odebrecht, refutando que essa seria uma forma de pagamentos ilícitos aos deputados ou políticos", como insinua o tal relatório".

● A lista de deputados: "Eu próprio instruí meus executivos para fazerem uma lista prévia dos deputados amigos e não muito amigos para cs quais deveríamos estudar, no orçamento de 94, uma ajuda como estabelece a nova lei que está aí. A lista que estava com o nosso parceiro portanto era uma sugestão para uma ação nossa em 94, que depois teríamos que, inclusive, prestar contas no Imposto de Renda. Pessoalmente, entretanto, eu a desconheço, porque ela estava ainda em elaboração, como pedi, e deveria me ser ainda apresentada, em breve, a tempo de integrar nossos gastos para o próximo ano", explicou ele, dizendo que só convocará a coletiva para proteger seus colaboradores e suas famílias e dar uma satisfação à sociedade, "porque, juridicamente, já tomei minhas providências".